



Prefeitura de Joinville

EDITAL SEI Nº 0012971908/2022 - SAP.UPR

Joinville, 20 de maio de 2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 424/2022

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, cujo critério de julgamento será **UNITÁRIO POR ITEM**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **Aquisição de Curativos Especiais e Insumos para Ostomizados para atendimento de demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital São José**, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 45.013, de 17 de dezembro de 2021, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo sugerido de Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo V - Minuta do Contrato;

Anexo VI - Minuta da Autorização de Fornecimento (AF);

Anexo VII - Termo de Referência; e

Anexo VIII - Modelo de Entrega das Amostras.

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de Curativos Especiais e Insumos para Ostomizados para atendimento de demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital São José**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VII, e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 4.072.044,26** (quatro milhões, setenta e dois mil quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), fixos e irrevogáveis, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário para início da entrega de propostas: 26/05/2022 às 08:00 horas.

1.5 - Data e horário limites para entrega de propostas e início da sessão pública: 07/06/2022 até às 08:30 horas.

1.6 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 31, inciso I e art. 32 do Decreto Federal nº 10.024/2019. O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de 1% (um por cento).

1.7 - Término da Sessão Principal: 10 (dez) minutos após o início da sessão de disputa.

1.8 - Período Adicional: A sessão será prorrogada automaticamente e sucessivamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

1.9 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente **Promotora**, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a **Secretaria Municipal da Saúde** e ao **Hospital Municipal São José**.

1.10 - O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville, na página www.joinville.sc.gov.br.

1.11 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - Conforme disposto no art. 7º, §2º, do Decreto nº 7.892/2013: *"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil"*.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 - Não será admitida a participação de proponente:

- 3.2.1 - Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.2 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;
- 3.2.3 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;
- 3.2.4 - Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal;
- 3.2.5 - Em consórcio;
- 3.2.6 - cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 4.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 - O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar na inabilitação no momento do julgamento.
- 4.6 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações, sob pena de inabilitação/desclassificação:
- 4.6.1 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;
- 4.6.2 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.6.3 - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.4 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.5 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.7 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.8 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital.
- 5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 - Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 - Os proponentes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais proponente o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 6.4 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 6.6 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.6.1 - A ausência do documento "Proposta de Preços" desclassificará a proponente.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1 - Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas o **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**.
- 7.2 - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.
- 7.3 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.4 - Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

7.5 - O proponente deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1 - descrição detalhada do objeto, no que for aplicável;

7.5.2 - valor unitário e total do item.

7.5.3 - marca

7.6 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

7.7 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

7.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 2 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário cotado em reais, com no máximo 03 (três) algarismos decimais após a vírgula e o preço total cotado em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.4.4 - a identificação da marca do objeto ofertado;

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do **Anexo I** deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.8 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8.9 - A empresa deverá apresentar junto com a Proposta atualizada:

8.9.1 - Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGÍVEL e dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto), quando exigido pela legislação vigente;

8.9.1.1 - Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado;

8.9.1.2 - Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

8.9.2 - Para os itens **25 a 33** a(s) empresa(s) deverão apresentar uma das seguintes opções para análise técnica:

8.9.2.1 - Prospecto devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial.

8.9.2.2 - Ficha técnica, desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado; caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;

8.9.2.3 - Imagem de site (print de tela) de mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados, desde que nesta, estejam contidas todas as informações para a análise do produto ofertado pela equipe técnica. As informações devem estar em português e deve ser informado o link para acesso e conferência pela equipe técnica em caso de necessidade.

8.9.2.4 - Critérios de análise: Os Prospectos, Fichas Técnicas ou Imagens de site (print de tela) dos produtos cotados pelos proponentes neste instrumento, deverão conter todas as informações das características técnicas. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência deverão ser igualadas, como poderão ser superadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução. As exigências a serem superadas caracterizam-se como aquelas em que o descritivo solicita apresentação mínima, tais quais o tamanho, ou a possibilidade de conter determinados componentes não exigidos na composição dos itens. Para tal, a licitante deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, registrar este fato em sua proposta. A licitante deverá encaminhar toda a documentação técnica e explicações que permitam a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.6 do edital.

9.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.3.1 - Só serão aceitos lances, do mesmo proponente, cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

9.3.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.3.3 - Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

9.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

9.5 - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

9.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.5.3 - O disposto no subitem 9.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

10 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados **exclusivamente via sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019, e de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro.

10.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

10.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

10.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos dos subitens 4.6 e 4.7 deste edital.

10.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- f) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos dos subitens 4.6 e 4.7 deste edital;
- g) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do proponente;
- g.1) Considerando a implantação do sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina, as empresas participantes sediadas neste estado deverão apresentar a referida Certidão emitida no sistema SAJ juntamente com a respectiva Certidão emitida no sistema eproc, para que tenham validade;
- g.2) Na hipótese de outras Unidades Federativas com situação similar, as empresas participantes deverão apresentar a Certidão complementar nos mesmos termos.
- h) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - h.1) As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social extraído do próprio Livro Diário, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou o requerimento de autenticação na Junta Comercial ou registrado no Cartório de Registro;
 - h.2) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, extraídos do próprio sistema digital (SPED), acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo e termo de autenticação ou recibo de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;
 - h.3) O proponente poderá apresentar balanço patrimonial intermediário a fim de demonstrar alteração relevante em sua capacidade econômico-financeira em relação aos dados contidos no balanço patrimonial anterior, tais como eventos supervenientes (fusão, incorporação, cisão etc.);
 - h.4) Os interessados terão a faculdade de apresentar parecer de empresa de auditoria, o que dispensará a Administração de outras investigações;
 - h.5) O Balanço Patrimonial referente ao último exercício social será aceito somente até 30 de abril do ano subsequente;
- i) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

i.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "i", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/ote/global, conforme critério de julgamento do edital.

j) Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

k) Alvará Sanitário Estadual ou Municipal (quando competente).

l) Comprovação da autorização de funcionamento de empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, inclusive para distribuidora (não será aceito protocolo de encaminhamento).

10.6.1 - Os proponentes inscritos no Cadastro Geral de Fornecedor do Município de Joinville deverão apresentar **Certificado de Registro Cadastral-CRC** válido na data limite fixada para a apresentação dos documentos neste pregão emitido pela Unidade de Suprimentos, da Secretaria de Administração e Planejamento.

10.6.2 - Os proponentes não cadastrados, além dos documentos referidos no subitem 10.6, deverão apresentar os seguintes, válidos na data de abertura de sessão pública do pregão:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam.

10.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a apresentação das propostas, nos termos do subitem 6.1 deste Edital. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

10.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 10.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

10.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

10.10 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

11.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

11.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

11.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

11.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

11.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o **subitem 6.1**, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 28** do Edital.

11.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

11.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

11.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

11.9 - Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) que conflitem com a legislação em vigor;

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6, 7 ou 8 deste Edital;

e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

f) tiverem suas amostras reprovadas.

g) que não apresente as amostras no local e horários estabelecidos.

11.10 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

11.11 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços, marca ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

11.12 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no **item 28** deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

11.13 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

11.14 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

11.15 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 10.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

11.15.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

12 - DAS AMOSTRAS

12.1 - **Será convocado pelo Pregoeiro** o proponente classificado e habilitado para os itens **1 à 24, 34 e 35** para apresentar obrigatoriamente 2 (duas) amostras de cada item, de acordo com o exigido no Anexo I e observadas as especificações do Anexo VII do Edital, para efeito de controle de qualidade e aprovação.

12.2 - As amostras deverão ser os próprios produtos a serem comercializados (marca, peso, embalagem), devendo estar identificadas com o nome da empresa proponente, edital e item a que se refere a amostra.

12.3 - As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a solicitação do Pregoeiro, que se dará após a fase de habilitação.

12.4 - As amostras deverão ser entregues no CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos, situado na Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310 – Joinville/SC, no horário das 08:00 às 15:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

12.5 - As amostras deverão estar acompanhadas de Relação de Amostras, contendo o nome da empresa proponente, número do edital, produto, marca, lote e item a que se refere a amostra e estar assinada pelo representante da empresa (conforme modelo constante do **Anexo VIII**).

12.5.1 - A Relação de Amostras deverá ser apresentada em 02 (duas) vias iguais, as quais serão protocoladas no momento da entrega das amostras, 01 (uma) via ficará com as amostras, e será anexada ao processo licitatório de forma eletrônica, e 01 (uma) via ficará com o fornecedor.

12.6 - Será desclassificado o proponente, caso apresente amostra fora das especificações técnicas previstas nos **Anexos I e VII** deste Edital, ou que não apresente as amostras no local e horários estabelecidos pelo Pregoeiro, estando sujeito às penalidades previstas.

12.7 - As amostras ficarão em poder da Secretaria Municipal de Saúde até a homologação do item/lote/processo o qual se destina.

12.7.1 - As amostras apresentadas, que não forem consumidas/eliminadas para a realização da análise, poderão ser retiradas pelo proponente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, após a homologação da licitação ou do item/lote, no caso de homologação parcial, no mesmo local da entrega. Após este período, se as amostras não forem retiradas, não mais serão devolvidas

12.8 - As amostras apresentadas serão analisadas seguindo os critérios definidos através do subitem 6.1 do Anexo VII- Termo de Referência.

12.9 - A Administração poderá dispensar a apresentação de amostras mediante fato devidamente fundamentado, sendo essa dispensa registrada em ata pelo Pregoeiro.

13 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

13.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.upr@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até às 14:00hs do dia do vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

13.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

13.3 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

13.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

13.6 - Do Recurso

13.6.1 - Após declarado o vencedor, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer proponente manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.6.2 - A falta de manifestação motivada do proponente quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.6.3 - Quando será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

13.6.4 - As razões de recursos e contrarrazões deverão ser protocolizadas através do Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br ou do e-mail sap.upr@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

13.6.5 - O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

13.6.6 - A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

13.6.7 - O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão, quando não houver recurso.

14.2 - Quando houver recurso, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

14.3 - A homologação será realizada pela autoridade competente.

15 - DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

15.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

15.3 - Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

15.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

15.5 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria de Administração e Planejamento, através da Unidade de Suprimentos.

15.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

15.7 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

15.7.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

15.7.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

15.8 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

16.2 - Será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

16.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Joinville convocará os demais proponentes, na ordem de classificação.

17 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

18 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

18.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

19.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

20 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1 - Conforme disposto no inciso II, do art. 11, do Decreto n.º 7.892/2013, será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

20.2 - Após verificado pelo sistema se há fornecedores aptos ao Cadastro de Reserva, a autoridade competente convocará os licitantes, para no prazo de 24h manifestar interesse em aderir o Cadastro de Reserva.

20.3 - O sistema enviará e-mail aos licitantes com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado;

20.4 - Compete exclusivamente ao licitante acompanhar a convocação no sistema eletrônico e registrar sua intenção de participar do Cadastro de Reserva dentro do prazo concedido pela autoridade competente, sob pena de não participação do procedimento.

20.5 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.6 - Havendo dois ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.7 - A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assinar a Ata de Registro de Preços ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto nº 7.892/2013.

20.8 - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

20.9 - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

21 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

21.2 - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

21.2.1 - A convocação para apresentação dos documentos e proposta de preços será realizada através de Ofício, para o e-mail indicado na proposta de preços ou no Sicaf.

21.2.2 - O prazo para envio dos documentos de habilitação e proposta de preços atualizados, será de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do Ofício.

21.2.3 - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

21.2.4 - Após verificados os documentos, será realizada ata de deliberação, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

21.2.5 - Após a publicação da ata de deliberação, será emitida nova Ata de Registro de Preços, nos termos dos itens 14 e 22 do edital.

22 - DA CONTRATAÇÃO

22.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Contratante.

22.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

22.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

22.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

22.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

22.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

22.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

22.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá:

22.4.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

22.4.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

23 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

23.1 - A assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, serão realizadas eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica externa, de acordo com Instrução Normativa nº 129/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 45.013/2021.

23.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar a solicitação de usuário externo certificado para assinatura eletrônica de acordo com o que estabelece o "Manual do Usuário Externo" disponível no seguinte *link*: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/cadastrar-usuario-em-autoservico> e <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/certificar-usuario-para-autoservico>

23.2 - **Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para fins de efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 45.013/2021, sob pena de decair do direito de assinar o(a) Ata de Registro de Preços/Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.**

23.2.1 - **É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a solicitação da criação da assinatura eletrônica.**

23.3 - A criação e a redefinição da assinatura eletrônica dependem da solicitação de assinatura eletrônica com o envio do Termo de Responsabilidade devidamente assinado e com o envio de documento com foto e assinatura do requerente.

23.3.1 - Serão aceitos como documentos de identidade para fins de assinatura eletrônica externa: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

23.3.2 - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

23.3.3 - O termo de responsabilidade terá sua assinatura comparada com o documento apresentado.

23.4 - O servidor público autorizado procederá com a avaliação da documentação recebida e realizará a concessão de acesso ao usuário externo.

23.5 - A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível e sua divulgação é vedada sob qualquer hipótese.

23.6 - O usuário é o responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura eletrônica, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Decreto nº 21.863, de 30 de janeiro de 2014.

24 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

24.1 - A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

24.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

24.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação.

24.3 - O local para entrega será:

a) Para a Secretaria Municipal da Saúde: CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos, situada à Rua Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310. Telefone: (47) 3434-0139. Email: came.saude@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

b) Para o Hospital São José: Travessa São José 540, Bairro Anita Garibaldi, Joinville - SC CEP 89 202- 010. Fone: (47) 3441-6697. Email: hmsj.uad.came@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

24.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

25 - DA GESTÃO DO CONTRATO

25.1 - A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria Municipal da Saúde** – gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

26 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

26.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

26.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

26.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

26.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

26.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

26.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

27 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

27.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VII, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão receptor;

b) Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos ou danificados, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará em até 03 (três) dias úteis do recebimento provisório;

27.2 - CONTRATANTE rejeitará, em parte ou todo, o bem em desacordo com a solicitação;

27.3 - A retirada e a substituição do item em caso de não aceitação do produto, deverá acontecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de solicitação de devolução, sendo que o transporte entre outros, que se fizerem necessários, serão por conta da CONTRATADA.

28 - DAS SANÇÕES

28.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

28.2 - Penalidades que poderão ser cominadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO**, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

II - **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) causar o atraso na execução do objeto;
- f) não manter a proposta;
- g) desistir de lance realizado na fase de competição;
- h) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- i) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- j) fraudar a execução do contrato;
- k) falhar na execução do contrato;
- l) declarar informações falsas;
- m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

28.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.

28.4 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o **PROPONENTE/CONTRATADO** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

28.5 - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do **PROPONENTE/CONTRATADO**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do **PROPONENTE/CONTRATADO**, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

28.6 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do **PROPONENTE/CONTRATADO**.

28.7 - Nenhum pagamento será realizado ao **PROPONENTE/CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

29 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.upr@joinville.sc.gov.br, durante o horário de expediente das 08:00 às 14:00 horas, conforme estabelece o art. 23 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

29.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

29.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.upr@joinville.sc.gov.br.

29.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

29.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

29.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.

29.5 - Não será permitida a subcontratação do objeto deste Edital.

29.6 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.7 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

29.8 - O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

29.9 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

29.10 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

29.11 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

29.12 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

29.13 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

29.14 - Conforme previsto no art. 1º, do Decreto Municipal nº 13.011, de 29 de junho de 2006, o horário de expediente das repartições públicas municipais é das 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	13741 - ALGINATO DE CÁLCIO COMPOSTO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO, PODENDO CONTER SÓDIO E CABOXIMETILCELULOSE, PARA USO AUXILIAR NO DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO, ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E FAVORECIMENTO DE CICATRIZAÇÃO, ESTÉRIL, TAMANHO MÍNIMO DE 15 X 15 CM, EMBALAGEM	Pç.	9.700	22,21	215.437,00

	INDIVIDUAL, CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, RESP. TÉCNICO, LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, REG. MS/ ANVISA.				
2	917389 - AGE - ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS LOCAO RESTAURADORA DE EPITELIOS COMPOSTO POR TRIGLICERIDEOS DE ACIDO CAPRICO, CAPRILICO, LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINAS A/E. ARMAZENADO EM FRASCO COM 200 ML, SEGURO E RESISTENTE , BICO TIPO ALMOTOLIA, TAMPAS DE FACIL MANUSEIO E BOA VEDACAO. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, RESP TECNICO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	FRS	15.500	6,78	105.090,00
3	24864 - BOTA DE UNNA 10,16CM X 9,14 M BANDAGEM INELÁSTICA, DE ALGODÃO/ TECIDO, IMPREGNADA COM PASTA CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO A 10 % E OUTRAS SUBSTÂNCIAS, TAMANHO MÍNIMO 10,16 CM X 9,14 M. EMBALAGEM INDIVIDUAL, BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	UNID	1.300	34,25	44.525,00
4	910956 - CURATIVO ALGINATO DE CALCIO 10 X 10 CM TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM - FIBRAS DE ALGINATO MACIAS FORMADAS EM MATERIAL NAO TECIDO. UTILIZADO EM ULCERAS PLANAS E CAVITARIAS. ALTAMENTE ABSORVENTE EM CONTATO COM EXSUDATO TRANSFORMANDO EM GEL, NAO CAUSANDO MACERACAO E PERMITINDO IRRIGACAO SANGUINEA NA FERIDA. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PC	6.100	12,65	77.165,00
5	910864 - CURATIVO DE ALGINATO DE CALCIO 5 X 5 CM TAMANHO MÍNIMO 5 X 5 CM, FIBRAS DE ALGINATO MACIAS, FORMADAS EM MATERIAL NAO TECIDO. UTILIZADO EM ULCERAS PLANAS E CAVITARIAS. ALTAMENTE ABSORVENTE EM CONTATO COM EXSUDATO TRANSFORMANDO EM GEL, NAO CAUSANDO MACERACAO E PERMITINDO IRRIGACAO SANGUINEA NA FERIDA. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PC	2.000	6,79	13.580,00
6	25656 - ADESIVO DE HIDROPOLÍMERO/ ESPUMA SACRAL ESPUMA HIDROCELULAR DE BORDAS ADESIVAS, ESPECIALMENTE PARA REGIÃO SACRAL, COM ACOMODAÇÃO ANATÔMICA; FORMADO POR CAMADAS DE HIDROPOLÍMERO E PELÍCULA EXTERNA IMPERMEÁVEL UTILIZADA PARA MINIMIZAR A PRESSÃO LOCAL EM PACIENTES COM ALTO DE RISCO DE LESÃO POR PRESSÃO E/OU TRATAR FERIDAS. TAMANHO MÍNIMO 18 X 18 CM, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REG. MS/ ANVISA.	Unidade	1.200	117,90	141.480,00
7	25655 - CURATIVO TRANSPARENTE DE SILICONE 10 CM X 15 CM UTILIZADO PARA TRATAMENTO DE FERIDAS TRAUMÁTICAS, ABRASIVAS, PERDA DE PELE; PERMITE PASSAGEM DO EXUDATO PARA OUTRO CURATIVO SECUNDÁRIO; CONFECCIONADO EM SILICONE E FILME DE POLIURETANO, PERFURADO, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO; TAMANHO MÍNIMO 10 X 15 CM; EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, REG. MS/ ANVISA.	Unidade	1.200	8,63	10.356,00
8	910069 - CURATIVO TRANSPARENTE 10 X 10 CM CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEAVEL HIPOALERGENICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA. FLEXIVEL. UTILIZADO EM ESTABILIZACAO DE CATETERES. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PC	11.000	5,34	58.740,00
9	909324 - CURATIVO TRANSPARENTE 10 X 25 CM CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL, HIPOALERGÊNICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 X 25 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA. FLEXIVEL. UTILIZADO EM ESTABILIZAÇÃO DE CATETERES. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PC	4.300	13,74	59.082,00
10	910623 - CURATIVO TRANSPARENTE 6 X 7 CM CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEAVEL, HIPOALERGÊNICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 6 X 7 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA, FLEXIVEL. UTILIZADO PARA ESTABILIZACAO DE CATETER. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	PC	8.000	1,43	11.440,00
11	918202 - CURATIVO FILME TRANSPARENTE COMPOSTO DE POLIURETANO EM ROLO, NAO ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 CM X 10 M, ADESIVO HIPOALERGENICO, PERMITINDO TROCA GASOSA, IMPEDINDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, IDENTIFICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APARTIR DA N.F DE ENTREGA.	Rolo	510	46,25	23.587,50
12	910912 - CURATIVO 20 X 15 CM, TIPO MEMBRACEL CURATIVO COM MEMBRANA DE CELULOSE TAMANHO MÍNIMO 20 X 15 CM, POROSA, DESIDRATADA, MALEAVEL, UNIFORME, ADERE COM FACILIDADE A SUPERFICIE DA FERIDA, HIPOALERGENICA, CONTROLA A SAIDA DE LIQUIDOS ORGANICOS. TRANSLUCIDO. INDICADA PARA DERMO ABRASOES SUPERFICIAIS. EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL. CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PC	800	191,95	153.560,00
13	910913 - CURATIVO 10X7,5CM, TIPO MEMBRACEL CURATIVO COM MEMBRANA DE CELULOSE TAMANHO MÍNIMO 10 X 7,5 CM, POROSA, DESIDRATADA, ALTAMENTE MALEAVEL, UNIFORME, ADERE COM FACILIDADE A SUPERFICIE DA FERIDA, HIPOALERGENICA, CONTROLA A SAIDA DE LIQUIDOS ORGANICOS, TRANSLUCIDO.	PC	1.200	51,09	61.308,00

	INDICADA PARA DERMATO ABRASOES SUPERFICIAIS. EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL. CONTENDO: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.				
14	20034 - CURATIVO PARA TRAQUEOSTOMIA E DRENOS CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, ESTÉRIL, MEDIDAS : 6 A 10 CM X 9 A 13 CM, MACIO PRÉ RECORTADO PARA TRAQUEOSTOMIA E DRENOS, COMPOSTO POR UMA ESTRUTURA DE TRES CAMADAS, SENDO UMA CAMADA DE CONTATO NÃO ADERENTE, OUTRA CAMADA MACIA E ALTAMENTE ABSORVENTE E UMA TERCEIRA CAMADA EXTERNA DE FILME RESISTENTE A AGUA E BACTÉRIAS, PERMITE FÁCIL MANIPULAÇÃO DE MODO A ADAPTAR O CURATIVO DE FORMA JUSTA AO REDOR DA CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA. SE NECESSÁRIO, O CURATIVO PODE SER RECORTADO PARA ADAPTAR-SE AINDA MELHOR. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO : Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO NA ANVISA.	Peças	2.400	18,90	45.360,00
15	24957 - CURATIVO DE ALTA ABSORCAO COM PRATA HIDROFIBRA COMPOSTO DE 100% DE FIBRAS E CARBOMETILCELULOSE SODICA E 1,2% DE PRATA IONICA E/OU FIBRAS DE ALCOOL POLIVINILICO, HIDROXIPROPILCELULOSE E SULFATO DE PRATA. COM PODER DE ALTA ABSORCAO E CONTROLE DE ODOR, NÃO ADERENTE ADAPTAVEL AO LEITO DA LESAO E RECORTAVEL. TAMANHO MÍNIMO DE 10X10 CM, ESTERIL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PROCEDENCIA, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, INSENCÃO/REGISTRO NO M.S/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	Unidade	6.300	39,12	246.456,00
16	917391 - CURATIVO DE ALTA ABSORCAO COM PRATA COMPOSTO POR ESPUMA DE POLIURETANO COM AÇÃO ANTIMICROBIANA, IMPREGNADA COM PRATA, ESTERIL, ALTA CAPACIDADE DE ABSORCAO, TAMANHO MÍNIMO 15 X 15 CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APARTIR DA EMISSAO DA NOTA DE ENTREGA.	UNID	5.200	86,85	451.620,00
17	19097 - CURATIVO NAO ADERENTE 7,5 X 20 CM CURATIVO NAO ADERENTE, MEDIDAS APROXIMADAS 7,5 X 20 CM; ACEITA-SE VARIAÇÃO DE +/- 1 CM COMPOSTO DE UMA TELA DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM UMA EMULSÃO DE PETROLATUM OU MATERIAL DE SILICONE. PERMITIR RECORTES NAO DESPRENDENDO PARTICULAS, PERMITE LAVAR A FERIDA ATRAVES DOS ORIFICIOS DO MATERIAL. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	Peça	7.400	10,46	77.404,00
18	917392 - GAZE ANTI ADERENTE 7,6 X 7,6 CM COMPOSTO DE TELA DE ACETATO DE CELULOSE, IMPREGNADA COM PETROLATUM , EVITANDO ADERENCIA E IMPEDINDO A DESIDRATAÇÃO DO TECIDO DE GRANULACAO. TAMANHO APROXIMADO 7,6 X 7,6 CM, ACEITA-SE VARIAÇÃO +/- 0,4 CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA, ESTERIL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA N.F DE ENTREGA.	UNID	18.000	4,52	81.360,00
19	917394 - HIDROGEL GEL TRANSPARENTE, AMORFO, ESTERIL, ARMAZENADO EM TUBO DE 15 GR. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	g	150.000	0,71	106.500,00
20	25676 - GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO GEL TRANSPARENTE E VISCOSO INDICADO PARA QUEIMADURAS DE SEGUNDO GRAU, ABRASÕES, LACERAÇÕES, ÚLCERAS VENOSAS E ARTERIAIS E LESÕES POR PRESSÃO; COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBÔMERO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSERVANTES E CARBOXIMETILCELULOSE, SENDO ACEITO ACRÉSCIMOS DE OUTROS COMPONENTES; DEVE QUE PROMOVER MEIO ÚMIDO IDEAL PARA CICATRIZAÇÃO ATRAVÉS DA HIDRATAÇÃO DA FERIDA, CONDUZINDO AO DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO OU POSSIBILITANDO O DESBRIDAMENTO MECÂNICO. ESTABILIDADE DO PRODUTO DE NO MÍNIMO 25 DIAS APÓS ABERTO; EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÁXIMO 90 GRAMAS, CONTENDO BULA, DADOS DO FABRICANTE, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.	Gramas	250.000	0,72	180.000,00
21	13744 - HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 20 X 20 CM IMPERMEÁVEL A LÍQUIDO, COM BARREIRA BACTERIANA E VIRAL, CAMADA INTERNA FORMADA POR PARTÍCULAS HIDROATIVAS, A BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE E/OU GELATINA E/OU PECTINA, PODENDO CONTER ALGINATO DE CÁLCIO, TAMANHO MÍNIMO 20 X 20 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, FABRICAÇÃO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ ANVISA.	Pç.	9.500	28,50	270.750,00
22	13743 - HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 10 X 10 CM IMPERMEÁVEL A LÍQUIDO, COM BARREIRA BACTERIANA E VIRAL, CAMADA INTERNA FORMADA POR PARTÍCULAS HIDROATIVAS, A BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE E/OU GELATINA E/OU PECTINA, PODENDO CONTER ALGINATO DE CÁLCIO, TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, FABRICAÇÃO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ ANVISA.	Pç.	12.100	9,14	110.594,00
23	917395 - LIMPADOR DE FERIDA CONSTITUIDO DE BETAINA E POLIEXANIDA. APRESENTACAO EM FRASCO ENTRE 300 E 350 ML. DEVE MANTER ESTABILIDADE APOS ABERTO. EMBALAGEM CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	FRS	2.600	62,99	163.774,00

24	911243 - PELICULA LÍQUIDA SEM ALCOOL ESTERIL EM SPRAY COM SECAGEM RAPIDA - NAO CITOTOXICO, PERMITE PERMEABILIDADE AO OXIGENIO. PODE SER APLICADO SOBRE PELE INTEGRAS OU COM LESAO. APRESENTACAO EM FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 28 ML. CONTENDO: DATA DE VALIDADE, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO E REG. NA ANVISA.	FRC	600	84,45	50.670,00
25	25066 - PASTA PARA ESTOMIA FORNECIDA EM TUBO COM NO MÁXIMO 90 GR, PARA NIVELAR IRREGULARIDADES CUTÂNEAS, PRODUTO NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA	gr	6.760	0,92	6.219,20
26	25067 - BOLSA PARA ESTOMIA CONVEXA BOLSA DRENÁVEL DE UMA PEÇA PARA ESTOMIA, DRENÁVEL, RECORTÁVEL DE 15/43 MM, TRANSPARENTE, COM RESINA CONVEXA, SUPORTE ADESIVO, MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, SILENCIOSO, BARREIRA ANTI ODORE, ANTI VAZAMENTO, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA	Unidade	480	57,10	27.408,00
27	25068 - BOLSA COLETORA PARA URINA COM POSICIONAMENTO DE PERNA BOLSA COLETORA PARA URINA COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO DE PERNA, EM MATERIAL FLEXÍVEL, COM CAPACIDADE DE 750 ML, SISTEMA ANTI REFLUXO E TRANSPARENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	UNID	290	27,89	8.088,10
28	9834 - FITA REAJUSTÁVEL DE PERNA, PARA BOLSA COLETORA FITA REAJUSTÁVEL DE PERNA PARA FIXAR BOLSA COLETORA DE URINA, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTA NO MÍNIMO 85% EM NYLON, RESTANTE EM VISCOSE, ALGODÃO E LATEX (BORRACHA NATURAL), CONTENDO VELCRO E BOTÕES DE POLIPROPILENO. DE FORMA QUE PERMITA SER INTRODUZIDAS EM PASSADORES DE BOLSA DE COLETA DE URINÁRIO E FIXAS A PERNA DO USUÁRIO, ARMAZENADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE, REG. MS/ ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	Pç.	34	42,69	1.451,46
29	909141 - BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SIMPLES FECHADA BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SIMPLES SISTEMA FECHADO, DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, DE UMA PEÇA, PROPICIAR ADESIVIDADE SEGURA COM ADESIVO FLEXIVEL QUE ELIMINA A UTILIZACAO DE OUTROS TIPOS DE ADESIVOS. COM ORIFÍCIO RECORTÁVEL ATÉ UM DIÂMETRO MÍNIMO DE 60 MM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,LOTE, DATA DE VALIDADE, RESPONSAVEL TECNICO E REGISTRO ANVISA	PC	1.000	12,80	12.800,00
30	909140 - BOLSA DE COLOSTOMIA COM RESINA RECORTAVEL BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA RECORTAVEL, TRANSPARENTE, DE UMA PEÇA, COM BARREIRA DE PROTEÇÃO DE PELE CONSTITUÍDA POR HIDROCOLOIDE COM PAPEL PROTETOR SILICONADO, COM GUIA DE MEDIÇÃO PARA FACILITAR RECORTE IMPRESSO NA PEÇA, COM ORIFÍCIO INICIAL QUE PODE SER AUMENTADO ATÉ UM DIAMETRO MÍNIMO DE 64MM. PROPICIAR ADESIVIDADE SEGURA COM ADESIVO FLEXIVEL QUE ELIMINA A UTILIZACAO DE OUTROS TIPOS DE ADESIVOS. CADA BOLSA DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE CLIPS PARA FECHAMENTO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,LOTE, DATA DE VALIDADE, RESPONSAVEL TECNICO E REGISTRO ANVISA	PC	6.300	14,72	92.736,00
31	911244 - BOLSA PARA UROSTOMIA BOLSA PARA UROSTOMIA RECORTAVEL, DE UMA PEÇA COM BARREIRA DE PROTEÇÃO DA PELE CONSTITUÍDA POR HIDROCOLOIDE, COM PAPEL PROTETOR SILICONADO. POSSUIR UM ORIFÍCIO INICIAL PARA FACILITAR O RECORTE, PODENDO ESTE ORIFÍCIO SER AUMENTADO ATÉ UM DIAMETRO MÍNIMO DE 45MM, COM GUIA DE MEDIÇÃO PARA FACILITAR O RECORTE IMPRESSO NA PEÇA, COM VALVULA ANTIREFLUXO E DISPOSITIVO PARA DRENAGEM	PC	3.000	25,00	75.000,00
32	17990 - CLIPES DE FECHAMENTO RETO PARA BOLSAS DRENAVEIS CLIPES DE FECHAMENTO RETO PARA BOLSAS DRENAVEIS, COMPOSTO POR DUAS LÂMINAS DE POLIPROPILENO LIGADAS POR UMA DOBRADIÇA PARA FECHAMENTO DA ABERTURA DE DRENAGEM DAS BOLSAS DE COLOSTOMIA E ILEOSTOMIA. COMPRIMENTO: 8,0 A 10,0 CM.	Peça	2.500	6,20	15.500,00
33	917517 - BOLSA COLETORA DE URINA ESTERIL COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, ESTERIL, DESCARTAVEL, FLEXIVEL, COM DUPLA FACE, SENDO A ANTERIOR TRANSPARENTE E A POSTERIOR BRANCA. CAPACIDADE PARA 2.000 ML GRADUADA EM ESCALA PARA LEITURA DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES. CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPAS, TUBO EXTENSOR DE PVC, COM NO MÍNIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TRANSPARENTE, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO. TIRA PARA TRANSPORTE, ALÇA DE SUSTENTACAO. FILTRO HIDROFOBO/BACTERIOLOGICO. VALVULA ANTI-REFLUXO. TUBO PARA ESVAZIAMENTO (SAIDA) COM PINÇA OU CLAMP. PONTO DE COLETA PARA AMOSTRA. EMBALAGEM UNITARIA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO DE ESTERILIZACAO, DATA DE VAL/FAB, LOTE E REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DA NOTA FISCAL DE ENTREGA.	UNID	18.500	7,79	144.115,00
34	30162 - SISTEMA DE CONTROLE DE INCONTINÊNCIA FECAL DISPOSITIVO DE CONTENÇÃO FECAL TEMPORÁRIA, INDICADO PARA O TRATAMENTO DE PACIENTES COM POUCO OU NENHUM CONTROLE INTESTINAL E COM FEZES LÍQUIDAS OU SEMILÍQUIDAS. CONSISTE EM UM KIT CONTENDO: 1 CONJUNTO DE CATETER DE SILICONE FLEXÍVEL, 1 SERINGA E 3 BOLSAS COLETORAS DE 1 LITRO COM TAMPAS. CATETER DE SILICONE FLEXÍVEL, COM BALÃO DE RETENÇÃO DE BAIXA PRESSÃO EM UMA DAS EXTREMIDADES (QUE SE ADAPTA À ANATOMIA DO ESFÍNCTER,	KIT	500	1.770,00	885.000,00

	PRESERVANDO SEU FUNCIONAMENTO E TÔNUS MUSCULAR) E UM CONECTOR PARA FIXAÇÃO DA BOLSA COLETORA NA OUTRA EXTREMIDADE. DEVE POSSUIR DOIS TUBOS PEQUENOS AFIXADOS AO CATETER DE SILICONE, UM UTILIZADO PARA INFLAR O BALÃO DE RETENÇÃO APÓS INSERÇÃO DO DISPOSITIVO NO RETO DO PACIENTE, E OUTRO UTILIZADO PARA ENXAGUAR O DISPOSITIVO, SE NECESSÁRIO. A BOLSA PARA COLETA DO EFLUENTE DEVE SER DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO, GRADUADA, COM CAPACIDADE PARA 1000 ML, COM TAMPA DE FECHAMENTO AO FINAL DO USO QUE EVITA CONTAMINAÇÃO CRUZADA, COM ENCAIXE NO SISTEMA POR PRESSÃO, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO PARA CONTROLE DE ODORES E LIBERAÇÃO DE GASES. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, LIVRE DE LÁTEX, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE. DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE PERTINENTE AO PRODUTO. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
35	30298 - PÓ PROTETOR DA PELE A BASE DE HIDROCOLÓIDE PÓ BARREIRA GRANULAR PARA ESTOMIA, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA SEM ÁLCOOL. PÓ PROTETOR QUE RETIRA A UMIDADE DA PELE PERIESTOMAL PROMOVENDO A REGENERAÇÃO DA ÁREA LESIONADA. AUXILIA NA FIXAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PARA ESTOMIA. DISPONIBILIZADO EM FRASCO COM BICO DOSADOR PARA FACILITAR A APLICAÇÃO, CONTENDO PELO MENOS 25G. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	Frasco	800	54,86	43.888,00
Total Geral					4.072.044,26

Observação: As descrições do objeto devem ser observadas em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo VII - Termo de Referência.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preços

À

Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material	Marca	Nº do Registro ANVISA	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Banco:

Agência bancária:

Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

ANEXO III

MODELO SUGERIDO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (TIMBRE DA EMPRESA QUE ESTÁ FORNECENDO O ATESTADO)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa, inscrita no CNPJ nº, estabelecida na Rua nº.....
Bairro, na cidade de, forneceu a esta empresa, inscrita no CNPJ nº, estabelecida na Rua
..... nº..... Bairro, na cidade de, os itens conforme segue:

Descrição do material:

Quantidade fornecida:

Atestamos outrossim, que a mesma sempre atendeu a todos os requisitos, tantos na qualidade quanto na pontualidade dos produtos, nada havendo que possa desaboná-la.

Local e Data:

Nome, Assinatura do Responsável legal da empresa

Cargo/Função

ANEXO IV

Minuta da Ata de Registro de Preços

VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada **ÓRGÃO PROMOTOR**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº 14.040, de 18 de dezembro de 2007, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Sílvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 424/2022**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual **Aquisição de Curativos Especiais e Insumos para Ostomizados para atendimento de demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital São José**, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx.xxxx/xx

Endereço: xxxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxxx Estado: xx

CEP: xx.xxx-xxx

Telefone: (xx) xxxxxx

Email: xxxxxx

Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços**, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA

3.1 - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

4.1 - A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

4.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

4.2.1 - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação.

4.3 - O local para entrega será:

a) Para a Secretaria Municipal da Saúde: CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos, situada à Rua Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310. Telefone: (47) 3434-0139. Email: came.saude@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

b) Para o Hospital São José: Travessa São José 540, Bairro Anita Garibaldi, Joinville - SC CEP 89 202- 010. Fone: (47) 3441-6697. Email: hmsj.uad.came@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

4.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

5.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):

5.2.1 - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI)**.

5.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

5.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

5.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

5.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

5.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

5.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

5.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

6.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

6.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

6.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

7.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2 - Penalidades que poderão ser cominadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO**, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) **15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

a.2) **10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

a.3) **5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) **15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

c.2) **10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

c.3) **5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

II - **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF **por prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) causar o atraso na execução do objeto;
- f) não manter a proposta;
- g) desistir de lance realizado na fase de competição;
- h) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- i) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- j) fraudar a execução do contrato;
- k) falhar na execução do contrato;
- l) declarar informações falsas;
- m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.

8.4 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o **PROPONENTE/CONTRATADO** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

8.5 - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do **PROPONENTE/CONTRATADO**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do **PROPONENTE/CONTRATADO**, nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

8.6 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do **PROPONENTE/CONTRATADO**.

8.7 - Nenhum pagamento será realizado ao **PROPONENTE/CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4 - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

10.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

11.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Unidade de Suprimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2022

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde de Joinville**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.184.821/0001-37 e do **Hospital Municipal São José**, inscrito no CNPJ sob o nº 84.703.248/0001-09, ora em diante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário xxxxxx, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 424/2022**, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 45.013, de 17 de dezembro de 2021, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a **Aquisição de Curativos Especiais e Insumos para Ostomizados para atendimento de demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital São José**, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento

2.1 - O fornecimento do objeto do presente contrato será de **forma parcelada**, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 424/2022** e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso), sendo o mesmo fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetuado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.1.1 - O **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 - O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do **CONTRATANTE**, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Local de Entrega do Objeto

5.1 - A vigência do contrato será até 31 de dezembro do ano correspondente, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 10 (dez) dias úteis, após cada solicitação.

5.3 - O local para entrega será:

a) Para a Secretaria Municipal da Saúde: CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos, situada à Rua Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310. Telefone: (47) 3434-0139. Email: came.saude@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

b) Para o Hospital São José: Travessa São José 540, Bairro Anita Garibaldi, Joinville - SC CEP 89 202- 010. Fone: (47) 3441-6697. Email: hmsj.uad.came@joinville.sc.gov.br. Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria Municipal da Saúde**, gestora do Fundo Municipal de Saúde e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

9.5 - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato.

9.6 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e VII do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Pregão Eletrônico nº 424/2022 e seus anexos.

10.3 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

10.4 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à entrega do objeto contratado, fornecendo-o de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e VII do Edital.

10.5 - Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega e em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da CONTRATADA.

10.6 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

10.7 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

10.8 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

10.9 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

10.10 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no Anexo VII - Termo de Referência do Edital.

10.11 - A CONTRATADA, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à CONTRATADA são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

11.2 - Penalidades que poderão ser cominadas à CONTRATADA, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;

a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;

c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;

c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

II - **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) causar o atraso na execução do objeto;

f) não manter a proposta;

g) desistir de lance realizado na fase de competição;

h) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

i) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

j) fraudar a execução do contrato;

k) falhar na execução do contrato;

l) declarar informações falsas;

m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

11.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.

11.4 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a CONTRATADA tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

11.5 - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da CONTRATADA, nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

11.6 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da CONTRATADA.

11.7 - Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Rescisão

12.1 - A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima-primeira;
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;
- f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
- g) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão importará em impedimento de licitar e contratar com o Município, na forma do inciso II, do subitem 11.2.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento Provisório e Definitivo

13.1 - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VII, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão recebedor;

b) Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos ou danificados, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará em até 03 (três) dias úteis do recebimento provisório;

13.2 - **CONTRATANTE** rejeitará, em parte ou todo, o bem em desacordo com a solicitação;

13.3 - A retirada e a substituição do item em caso de não aceitação do produto, deverá acontecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de solicitação de devolução, sendo que o transporte entre outros, que se fizerem necessários, serão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 10.520/02;
- b) Lei nº 8.666/93;
- c) Lei Complementar nº 123/06;
- d) Decreto nº 10.024/19;
- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código Processo Civil;
- i) Código Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária;
- k) Estatuto da Criança e do Adolescente;
- l) Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE**.

ANEXO VI**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)**

Número:

Emissão:

Objeto:

Complemento: OBSERVAÇÕES: 1) Emitir nota fiscal em nome de: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Fundo Municipal de Saúde de Joinville, inscrito no CNPJ sob nº 08.184.821/0001-37, Hospital Municipal São José, inscrito no CNPJ sob nº 84.703.248/0001-09.** 2) Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital. 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 424/2022, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos proponentes vencedores e que deram suporte ao julgamento da licitação.

Órgão Orçam.: Ação:
 Un. Orçam.: Despesa:
 Função: Elemento:
 Subfunção: Detalhamento:
 Programa: Fonte de recurso:

Licitação: Modalidade: Finalidade:

Ata de reg. de preço:

Pré-empenho: Empenho:

Fornecedor: CPF/CNPJ:
 Endereço: CEP:
 Fone: Cidade:
 E-mail:
 Banco: Agência: C/C:

Tipo de entrega:

Prazo de entrega:

Local de entrega:

Pagamento:

Programação financeira

Parcela	Vencimento	Valor(R\$)	Parcela	Vencimento	Valor(R\$)
---------	------------	------------	---------	------------	------------

Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
------	------------	-------------------	------------------	---------------------	------------------

Valor desta autorização:

Nota: Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital da presente licitação desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo proponente vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI N° 0012860868/2022 - SES.UAF.ACP

1-Objeto para a contratação:

Aquisição de Curativos Especiais e Insumos para Ostomizados para atendimento de demanda da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e Hospital São José, através de Sistema de Registro de Preço para um período de 12 (doze) meses.

2-Especificações técnicas:

ITEM	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE SMS	QUANTIDADE HMSJ	QUANTID TOTAL
1	13741	ALGINATO DE CÁLCIO	COMPOSTO DE FIBRAS DE ALGINATO DE CÁLCIO, PODENDO CONTER SÓDIO E CABOXIMETILCELULOSE, PARA USO AUXILIAR NO DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO, ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E FAVORECIMENTO DE CICATRIZAÇÃO, ESTÉRIL, TAMANHO MÍNIMO DE 15 X 15 CM, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, RESP. TÉCNICO, LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, REG. MS/ ANVISA.	PEÇA	8.500	1.200	9.700
2	917389	AGE - ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS	LOCAO RESTAURADORA DE EPITELIOS COMPOSTO POR TRIGLICERIDEOS DE ACIDO CAPRICO, CAPRILICO, LAURICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINAS A/E. ARMAZENADO EM FRASCO COM 200 ML,	FRASCO	3.500	12.000	15.500

			SEGURO E RESISTENTE , BICO TIPO ALMOTOLIA, TAMPA DE FACIL MANUSEIO E BOA VEDACAO. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, RESP. TECNICO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.				
3	24864	BOTA DE UNNA 10,16CM X 9,14 M	BANDAGEM INELÁSTICA, DE ALGODÃO/ TECIDO, IMPREGNADA COM PASTA CONTENDO ÓXIDO DE ZINCO A 10 % E OUTRAS SUBSTÂNCIAS, TAMANHO MÍNIMO 10,16 CM X 9,14 M. EMBALAGEM INDIVIDUAL, BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, FABRICAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	UNIDADE	1.300	0	1.300
4	910956	CURATIVO ALGINATO DE CALCIO 10 X 10 CM	TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM - FIBRAS DE ALGINATO MACIAS FORMADAS EM MATERIAL NAO TECIDO. UTILIZADO EM ULCERAS PLANAS E CAVITARIAS. ALTAMENTE ABSORVENTE EM CONTATO COM EXSUDATO TRANSFORMANDO EM GEL, NAO CAUSANDO MACERACAO E PERMITINDO IRRIGACAO SANGUINEA NA FERIDA. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	2.500	3.600	6.100
5	910864	CURATIVO DE ALGINATO DE CALCIO 5 X 5 CM	TAMANHO MÍNIMO 5 X 5 CM, FIBRAS DE ALGINATO MACIAS, FORMADAS EM MATERIAL NAO TECIDO. UTILIZADO EM ULCERAS PLANAS E CAVITARIAS. ALTAMENTE ABSORVENTE EM CONTATO COM EXSUDATO TRANSFORMANDO EM GEL, NAO CAUSANDO MACERACAO E PERMITINDO IRRIGACAO SANGUINEA NA FERIDA. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	0	2.000	2.000
6	25656	ADESIVO DE HIDROPOLÍMERO/ ESPUMA SACRAL	ESPUMA HIDROCELULAR DE BORDAS ADESIVAS, ESPECIALMENTE PARA REGIÃO SACRAL, COM ACOMODAÇÃO ANATÔMICA; FORMADO POR CAMADAS DE HIDROPOLÍMERO E PELÍCULA EXTERNA IMPERMEÁVEL ,UTILIZADA PARA MINIMIZAR A PRESSÃO LOCAL EM PACIENTES COM ALTO DE RISCO DE LESÃO POR PRESSÃO E/OU TRATAR FERIDAS. TAMANHO MÍNIMO 18 X 18 CM, EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REG. MS/ ANVISA.	UNIDADE	0	1.200	1.200
7	25655	CURATIVO TRANSPARENTE DE SILICONE 10 CM X 15 CM	UTILIZADO PARA TRATAMENTO DE FERIDAS TRAUMÁTICAS, ABRASIVAS, PERDA DE PELE; PERMITE PASSAGEM DO EXUDATO PARA OUTRO CURATIVO SECUNDÁRIO;	UNIDADE	0	1.200	1.200

			CONFECCIONADO EM SILICONE E FILME DE POLIURETANO, PERFURADO, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO; TAMANHO MÍNIMO 10 X 15 CM; EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, REG. MS/ANVISA.				
8	910069	CURATIVO TRANSPARENTE 10X10CM	CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEAVEL HIPOALERGENICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA. FLEXIVEL. UTILIZADO EM ESTABILIZACAO DE CATETERES. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	0	11.000	11.000
9	909324	CURATIVO TRANSPARENTE 10X25CM	CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEÁVEL, HIPOALERGÊNICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 X 25 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA. FLEXIVEL. UTILIZADO EM ESTABILIZAÇÃO DE CATETERES. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	0	4.300	4.300
10	910623	CURATIVO TRANSPARENTE 6X7CM	CURATIVO DE POLIURETANO SEMIPERMEAVEL, HIPOALERGÊNICO, ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 6 X 7 CM, ALTA PERMEABILIDADE, PERMITINDO TROCAS GASOSAS. RESISTENTE A UMIDADE INTERNA, FLEXIVEL. UTILIZADO PARA ESTABILIZACAO DE CATETER. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CONTENDO: NØ DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	PEÇA	0	8.000	8.000
11	918202	CURATIVO TRANSPARENTE FILME	COMPOSTO DE POLIURETANO EM ROLO, NAO ESTERIL, TAMANHO MÍNIMO 10 CM X 10 M, ADESIVO HIPOALERGENICO, PERMITINDO TROCA GASOSA, IMPEDINDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA CONTENDO DADOS DE FABRICAÇÃO, IDENTIFICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APARTIR DA N.F DE ENTREGA.	ROLO	150	360	510
12	910912	CURATIVO 20X15CM, TIPO MEMBRACEL	CURATIVO COM MEMBRANA DE CELULOSE TAMANHO MÍNIMO 20 X 15 CM, POROSA, DESIDRATADA, MALEAVEL, UNIFORME, ADERE COM FACILIDADE A SUPERFICIE DA FERIDA, HIPOALERGENICA, CONTROLA A SAIDA DE LIQUIDOS ORGANICOS. TRANSLUCIDO. INDICADA PARA DERMO ABRASOES	PEÇA	0	800	800

			SUPERFICIAIS. EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL. CONTENDO: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.				
13	910913	CURATIVO 10X7,5CM, TIPO MEMBRACEL	CURATIVO COM MEMBRANA DE CELULOSE TAMANHO MÍNIMO 10 X 7,5 CM, POROSA, DESIDRATADA, ALTAMENTE MALEAVEL, UNIFORME, ADERE COM FACILIDADE A SUPERFICIE DA FERIDA, HIPOALERGENICA, CONTROLA A SAIDA DE LIQUIDOS ORGANICOS, TRANSLUCIDO. INDICADA PARA DERMO ABRASOES SUPERFICIAIS. EMBALAGEM ESTERIL INDIVIDUAL. CONTENDO: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	0	1.200	1.200
14	20034	CURATIVO PARA TRAQUEOSTOMIA E DRENOS	CURATIVO DE ESPUMA DE POLIURETANO, ESTÉRIL, MEDIDAS : 6 A 10 CM X 9 A 13 CM, MACIO PRÉ RECORTADO PARA TRAQUEOSTOMIA E DRENOS, COMPOSTO POR UMA ESTRUTURA DE TRES CAMADAS, SENDO UMA CAMADA DE CONTATO NÃO ADERENTE, OUTRA CAMADA MACIA E ALTAMENTE ABSORVENTE E UMA TERCEIRA CAMADA EXTERNA DE FILME RESISTENTE A AGUA E BACTÉRIAS, PERMITE FÁCIL MANIPULAÇÃO DE MODO A ADAPTAR O CURATIVO DE FORMA JUSTA AO REDOR DA CÂNULA DE TRAQUEOSTOMIA. SE NECESSÁRIO, O CURATIVO PODE SER RECORTADO PARA ADAPTAR-SE AINDA MELHOR. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO : Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO NA ANVISA.	PEÇAS	0	2.400	2.400
15	24957	CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO COM PRATA HIDROFIBRA	COMPOSTO DE 100% DE FIBRAS E CARBOMETILCELULOSE SODICA E 1,2% DE PRATA IONICA E/OU FIBRAS DE ALCOOL POLIVINILICO, HIDROXIPROPILCELULOSE E SULFATO DE PRATA. COM PODER DE ALTA ABSORCAO E CONTROLE DE ODOR, NÃO ADERENTE ADAPTAVEL AO LEITO DA LESAO E RECORTAVEL. TAMANHO MÍNIMO DE 10X10 CM, ESTERIL. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, PROCEDENCIA, LOTE, FABRICACAO, VALIDADE, INSENCÃO/REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	UNIDADE	4.000	2.300	6.300
16	917391	CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO COM PRATA	COMPOSTO POR ESPUMA DE POLIURETANO COM AÇÃO ANTIMICROBIANA, IMPREGNADA COM PRATA, ESTERIL, ALTA CAPACIDADE DE ABSORCAO, TAMANHO MÍNIMO 15 X 15 CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZACAO, FABRICACAO,	UNIDADE	4.000	1.200	5.200

			VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA, VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APARTIR DA EMISSAO DA NOTA DE ENTREGA.				
17	19097	CURATIVO NÃO ADERENTE 7,5X20CM	CURATIVO NAO ADERENTE, MEDIDAS APROXIMADAS 7,5 X 20 CM; ACEITA-SE VARIAÇÃO DE +/- 1 CM COMPOSTO DE UMA TELA DE ACETATO DE CELULOSE IMPREGNADA COM UMA EMULSÃO DE PETROLATUM OU MATERIAL DE SILICONE. PERMITIR RECORTES NAO DESPRENDENDO PARTICULAS, PERMITE LAVAR A FERIDA ATRAVES DOS ORIFICIOS DO MATERIAL. EMBALAGEM ESTERIL CONTENDO: Nº DE LOTE, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E REG. NA ANVISA.	PEÇA	0	7.400	7.400
18	917392	GAZE ANTI ADERENTE 7,6 X 7,6 CM	COMPOSTO DE TELA DE ACETATO DE CELULOSE, IMPREGNADA COM PETROLATUM , EVITANDO ADERENCIA E IMPEDINDO A DESIDRATAÇÃO DO TECIDO DE GRANULACAO. TAMANHO APROXIMADO 7,6 X 7,6 CM, ACEITA-SE VARIAÇÃO +/- 0,4 CM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM BULA, ESTERIL, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERELIZACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA N.F DE ENTREGA.	UNIDADE	12.000	6.000	18.000
19	917394	HIDROGEL	GEL TRANSPARENTE, AMORFO, ESTERIL, ARMAZENADO EM TUBO DE 15 GR. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, TIPO DE ESTERILIZACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	GRAMAS	120.000	30.000	150.000
20	25676	GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CÁLCIO	GEL TRANSPARENTE E VISCOSO INDICADO PARA QUEIMADURAS DE SEGUNDO GRAU, ABRASÕES, LACERAÇÕES, ÚLCERAS VENOSAS E ARTERIAIS E LESÕES POR PRESSÃO; COMPOSTO POR ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBÔMERO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONSERVANTES E CARBOXIMETILCELULOSE, SENDO ACEITO ACRÉSCIMOS DE OUTROS COMPONENTES; DEVE QUE PROMOVER MEIO ÚMIDO IDEAL PARA CICATRIZAÇÃO ATRAVÉS DA HIDRATAÇÃO DA FERIDA, CONDUZINDO AO DESBRIDAMENTO AUTOLÍTICO OU POSSIBILITANDO O DESBRIDAMENTO MECÂNICO. ESTABILIDADE DO PRODUTO DE NO MÍNIMO 25 DIAS APÓS ABERTO; EMBALAGEM INDIVIDUAL COM NO MÁXIMO 90 GRAMAS, CONTENDO BULA, DADOS DO FABRICANTE, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO	GRAMAS	190.000	60.000	250.000

			MS/ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSÃO DA NF DE ENTREGA.				
21	13744	HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 20 X 20 CM	IMPERMEÁVEL A LÍQUIDO, COM BARREIRA BACTERIANA E VIRAL, CAMADA INTERNA FORMADA POR PARTÍCULAS HIDROATIVAS, A BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE E/OU GELATINA E/OU PECTINA, PODENDO CONTER ALGINATO DE CÁLCIO, TAMANHO MÍNIMO 20 X 20 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, FABRICAÇÃO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ ANVISA.	PEÇA	1.000	8.500	9.500
22	13743	HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 10 X 10 CM	IMPERMEÁVEL A LÍQUIDO, COM BARREIRA BACTERIANA E VIRAL, CAMADA INTERNA FORMADA POR PARTÍCULAS HIDROATIVAS, A BASE DE CARBOXIMETILCELULOSE E/OU GELATINA E/OU PECTINA, PODENDO CONTER ALGINATO DE CÁLCIO, TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, FABRICAÇÃO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ ANVISA.	PEÇA	2.500	9.600	12.100
23	917395	LIMPADOR DE FERIDA	CONSTITUÍDO DE BETAINA E POLIEXANIDA. APRESENTAÇÃO EM FRASCO ENTRE 300 E 350 ML. DEVE MANTER ESTABILIDADE APOS ABERTO. EMBALAGEM CONTENDO BULA, DADOS DE IDENTIFICACAO, FABRICACAO, VALIDADE, LOTE, REGISTRO NO MS/ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A PARTIR DA EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	FRASCO	1.600	1.000	2.600
24	911243	PELICULA LÍQUIDA SEM ALCOOL ESTERIL EM SPRAY	COM SECAGEM RAPIDA - NAO CITOTOXICO, PERMITE PERMEABILIDADE AO OXIGENIO. PODE SER APLICADO SOBRE PELE INTEGRA OU COM LESAO. APRESENTAÇÃO EM FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 28 ML. CONTENDO: DATA DE VALIDADE, Nº DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E REG. NA ANVISA.	FRASCO	0	600	600
25	25066	PASTA PARA ESTOMIA	FORNECIDA EM TUBO COM NO MÁXIMO 90 GR, PARA NIVELAR IRREGULARIDADES CUTÂNEAS, PRODUTO NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA	GRAMA	5.760	1.000	6.760
26	25067	BOLSA PARA ESTOMIA CONVEXA	BOLSA DRENÁVEL DE UMA PEÇA PARA ESTOMIA, DRENÁVEL, RECORTÁVEL DE 15/43 MM, TRANSPARENTE, COM RESINA CONVEXA, SUPORTE ADESIVO, MATERIAL PLÁSTICO FLEXÍVEL, SILENCIOSO, BARREIRA ANTI ODOR, ANTI VAZAMENTO, HIPOALERGÊNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	360	120	480

			CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APOS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA				
27	25068	BOLSA COLETORA PARA URINA COM POSICIONAMENTO DE PERNA	BOLSA COLETORA PARA URINA COM SISTEMA DE POSICIONAMENTO DE PERNA, EM MATERIAL FLEXÍVEL, COM CAPACIDADE DE 750 ML, SISTEMA ANTI REFLUXO E TRANSPARENTE, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE, REGISTRO MS /ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	UNIDADE	240	50	290
28	9834	FITA REAJUSTÁVEL DE PERNA, PARA BOLSA COLETORA	FITA REAJUSTÁVEL DE PERNA PARA FIXAR BOLSA COLETORA DE URINA, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTA NO MÍNIMO 85% EM NYLON, RESTANTE EM VISCOSE, ALGODÃO E LATEX (BORRACHA NATURAL), CONTENDO VELCRO E BOTÕES DE POLIPROPILENO. DE FORMA QUE PERMITA SER INTRODUZIDAS EM PASSADORES DE BOLSA DE COLETA DE URINÁRIO E FIXAS A PERNA DO USUÁRIO, ARMAZENADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE, REG. MS/ ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES APÓS EMISSÃO DE NF DE ENTREGA.	PEÇA	24	10	34
29	909141	BOLSA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SIMPLES FECHADA	BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA SIMPLES SISTEMA FECHADO, DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, DE UMA PEÇA, PROPICIAR ADESIVIDADE SEGURA COM ADESIVO FLEXIVEL QUE ELIMINA A UTILIZACAO DE OUTROS TIPOS DE ADESIVOS. COM ORIFÍCIO RECORTÁVEL ATÉ UM DIÂMETRO MÍNIMO DE 60 MM. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,LOTE, DATA DE VALIDADE, RESPONSÁVEL TECNICO E REGISTRO ANVISA	PEÇA	0	1.000	1.000
30	909140	BOLSA DE COLOSTOMIA COM RESINA RECORTAVEL	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA RECORTAVEL, TRANSPARENTE, DE UMA PEÇA, COM BARREIRA DE PROTEÇÃO DE PELE CONSTITUÍDA POR HIDROCOLOIDE COM PAPEL PROTETOR SILICONADO, COM GUIA DE MEDIÇÃO PARA FACILITAR RECORTE IMPRESSO NA PEÇA, COM ORIFICIO INICIAL QUE PODE SER AUMENTADO ATÉ UM DIAMETRO MINIMO DE 64MM. PROPICIAR ADESIVIDADE SEGURA COM ADESIVO FLEXIVEL QUE ELIMINA A UTILIZACAO DE OUTROS TIPOS DE ADESIVOS. CADA BOLSA DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE CLIPS PARA FECHAMENTO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO,LOTE, DATA	PEÇA	0	6.300	6.300

			DE VALIDADE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E REGISTRO ANVISA				
31	911244	BOLSA PARA UROSTOMIA	BOLSA PARA UROSTOMIA RECORTÁVEL, DE UMA PEÇA COM BARREIRA DE PROTEÇÃO DA PELE CONSTITUÍDA POR HIDROCOLOIDE, COM PAPEL PROTETOR SILICONADO. POSSUIR UM ORIFÍCIO INICIAL PARA FACILITAR O RECORTE, PODENDO ESTE ORIFÍCIO SER AUMENTADO ATÉ UM DIÂMETRO MÍNIMO DE 45MM, COM GUIA DE MEDIÇÃO PARA FACILITAR O RECORTE IMPRESSO NA PEÇA, COM VALVULA ANTIREFLUXO E DISPOSITIVO PARA DRENAGEM	PEÇA	0	3.000	3.000
32	17990	CLIPES DE FECHAMENTO RETO PARA BOLSAS DRENAVEIS	CLIPES DE FECHAMENTO RETO PARA BOLSAS DRENAVEIS, COMPOSTO POR DUAS LÂMINAS DE POLIPROPILENO LIGADAS POR UMA DOBRADIÇA PARA FECHAMENTO DA ABERTURA DE DRENAGEM DAS BOLSAS DE COLOSTOMIA E ILEOSTOMIA. COMPRIMENTO: 8,0 A 10,0 CM.	PEÇA	0	2.500	2.500
33	917517	BOLSA COLETORA DE URINA ESTERIL	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO, ESTERIL, DESCARTÁVEL, FLEXÍVEL, COM DUPLA FACE, SENDO A ANTERIOR TRANSPARENTE E A POSTERIOR BRANCA. CAPACIDADE PARA 2.000 ML GRADUADA EM ESCALA PARA LEITURA DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES. CONECTOR UNIVERSAL COM TAMPA, TUBO EXTENSOR DE PVC, COM NO MÍNIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TRANSPARENTE, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA FLUXO. TIRA PARA TRANSPORTE, ALÇA DE SUSTENTACAO. FILTRO HIDROFOTO/BACTERIOLOGICO. VALVULA ANTI-REFLUXO. TUBO PARA ESVAZIAMENTO (SAIDA) COM PINÇA OU CLAMP. PONTO DE COLETA PARA AMOSTRA. EMBALAGEM UNITARIA EM PAPEL GRAU CIRURGICO, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO, PROCEDENCIA, TIPO DE ESTERILIZACAO, DATA DE VAL/FAB, LOTE E REGISTRO NO M.S./ANVISA. VALIDADE MINIMA DE 20 MESES APOS EMISSAO DA NOTA FISCAL DE ENTREGA.	UNIDADE	10.000	8.500	18.500
34	30162	SISTEMA DE CONTROLE DE INCONTINÊNCIA FECAL	DISPOSITIVO DE CONTENÇÃO FECAL TEMPORÁRIA, INDICADO PARA O TRATAMENTO DE PACIENTES COM POUCO OU NENHUM CONTROLE INTESTINAL E COM FEZES LÍQUIDAS OU SEMILÍQUIDAS. CONSISTE EM UM KIT CONTENDO: 1 CONJUNTO DE CATETER DE SILICONE FLEXÍVEL, 1 SERINGA E 3 BOLSAS COLETORAS DE 1 LITRO COM TAMPA. CATETER DE SILICONE FLEXÍVEL, COM BALÃO DE RETENÇÃO DE BAIXA PRESSÃO EM UMA DAS EXTREMIDADES (QUE SE ADAPTA À ANATOMIA DO ESFÍNCTER, PRESERVANDO SEU FUNCIONAMENTO E TÔNUS	KIT	0	500	500

			MUSCULAR) E UM CONECTOR PARA FIXAÇÃO DA BOLSA COLETORA NA OUTRA EXTREMIDADE. DEVE POSSUIR DOIS TUBOS PEQUENOS AFIXADOS AO CATETER DE SILICONE, UM UTILIZADO PARA INFLAR O BALÃO DE RETENÇÃO APÓS INSERÇÃO DO DISPOSITIVO NO RETO DO PACIENTE, E OUTRO UTILIZADO PARA ENXAGUAR O DISPOSITIVO, SE NECESSÁRIO. A BOLSA PARA COLETA DO EFLUENTE DEVE SER DESCARTÁVEL, TRANSPARENTE, COM VÁLVULA ANTI-REFLUXO, GRADUADA, COM CAPACIDADE PARA 1000 ML, COM TAMPA DE FECHAMENTO AO FINAL DO USO QUE EVITA CONTAMINAÇÃO CRUZADA, COM ENCAIXE NO SISTEMA POR PRESSÃO, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO PARA CONTROLE DE ODORES E LIBERAÇÃO DE GASES. PRODUTO NÃO ESTÉRIL, LIVRE DE LÁTEX, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE. DEVE ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE PERTINENTE AO PRODUTO. DEVE POSSUIR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.				
35	30298	PÓ PROTETOR DA PELE A BASE DE HIDROCOLÓIDE	PÓ BARREIRA GRANULAR PARA ESTOMIA, COMPOSTO POR CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA SEM ÁLCOOL. PÓ PROTETOR QUE RETIRA A UMIDADE DA PELE PERIESTOMAL PROMOVEDO A REGENERAÇÃO DA ÁREA LESIONADA. AUXILIA NA FIXAÇÃO DOS DISPOSITIVOS PARA ESTOMIA. DISPONIBILIZADO EM FRASCO COM BICO DOSADOR PARA FACILITAR A APLICAÇÃO, CONTENDO PELO MENOS 25G. DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	FRASCO	0	800	800

3-Condições de garantia:

O(s) produto(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o fabricante do(s) produto(s) conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

4-Prazo de entrega e forma de entrega:

A entrega ocorrerá de forma parcelada em até 10 (dez) dias úteis após a solicitação.

Os itens serão recebidos a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no presente termo de referência da seguinte forma:

- Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão recebedor;
- Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos ou danificados, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará em até 03 (três) dias úteis do recebimento provisório;

A CONTRATANTE rejeitará, em parte ou todo, o bem em desacordo com a solicitação;

A retirada e a substituição do item em caso de não aceitação do produto, deverá acontecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de solicitação de devolução, sendo que o transporte entre outros, que se fizerem necessários, serão por conta da CONTRATADA.

5-Local de entrega e horário de entrega:**Para a Secretaria Municipal da Saúde**

CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos.

Rua Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310

Telefone: (47) 3434-0139

Email: came.saude@joinville.sc.gov.br

Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Toda a despesa decorrente do transporte entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrão por conta da Contratada.

Para o Hospital São José

HMSJ - Hospital Municipal São José

Travessa São José 540, Bairro Anita Garibaldi, Joinville - SC CEP 89 202- 010

Fone: (47) 3441-6697

Email: hmsj.uad.came@joinville.sc.gov.br

Horário de entrega: 08:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Toda a despesa decorrente do transporte entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrão por conta da Contratada.

6-Amostras/Prospectos (quando for o caso):

O(s) proponente(s) classificado(s) e habilitado(s) deverá(rão) apresentar em até 10 (dez) dias úteis as amostras, devidamente identificadas de acordo com as especificações técnicas exigidas para efeito de controle de qualidade e aprovação conforme tabela abaixo:

Item	Código	Denominação	Quantidade de amostra
1	13741	ALGINATO DE CÁLCIO	2
2	917389	AGE - ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS	2
3	24864	BOTA DE UNNA 10,16CM X 9,14 M	2
4	910956	CURATIVO ALGINATO DE CALCIO 10 X 10 CM	2
5	910864	CURATIVO DE ALGINATO DE CALCIO 5 X 5 CM	2
6	25656	ADESIVO DE HIDROPOLÍMERO/ ESPUMA SACRAL	2
7	25655	CURATIVO TRANSPARENTE DE SILICONE 10 CM X 15 CM	2
8	910069	CURATIVO TRANSPARENTE 10X10CM	2
9	909324	CURATIVO TRANSPARENTE 10X25CM	2
10	910623	CURATIVO TRANSPARENTE 6X7CM	2
11	918202	CURATIVO FILME TRANSPARENTE	2
12	910912	CURATIVO 20X15CM, TIPO MEMBRACEL	2
13	910913	CURATIVO 10X7,5CM, TIPO MEMBRACEL	2
14	20034	CURATIVO PARA TRAQUEOSTOMIA E DRENOS	2
15	24957	CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO COM PRATA HIDROFIBRA	2
16	917391	CURATIVO DE ALTA ABSORÇÃO COM PRATA	2
17	19097	CURATIVO NÃO ADERENTE 7,5X20CM	2
18	917392	GAZE ANTI ADERENTE 7,6 X 7,6 CM	2
19	917394	HIDROGEL	2
20	25676	GEL HIDRATANTE COM ALGINATO DE CÁLCIO	2
21	13744	HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 20 X 20 CM	2
22	13743	HIDROCOLOIDE COM OU SEM BORDA 10 X 10 CM	2
23	917395	LIMPADOR DE FERIDA	2
24	911243	PELÍCULA LÍQUIDA SEM ÁLCOOL ESTÉRIL EM SPRAY	2
34	30162	SISTEMA DE CONTROLE DE INCONTINÊNCIA FECAL	2
35	30298	PÓ PROTETOR DA PELE A BASE DE HIDROCOLÓIDE	2

A(s) amostra(s) deverá(ão) ser identificada(s) conforme segue:

- Com o nome da empresa, nome do produto, número do Pregão e do item correspondente ao da proposta.

As amostras serão analisadas, testadas, avaliadas, aprovadas ou reprovadas pela equipe da rede da Secretaria da Saúde, segundo critérios e normas internas e todas as despesas correrão por conta do licitante conforme normas vigentes.

As amostras deverão ser entregues no **CAME - Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos:**

Rua Presidente Gaspar Dutra nº 298, bairro Itaum, CEP 89210-310 - Joinville SC

Telefone: (47) 3434-0139

Email: came.saude@joinville.sc.gov.br

Horário de entrega: 08:00 às 15:00, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Para os **itens 25 a 33**, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar uma das seguintes opções para análise técnica:

- Prospecto devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;
- Ficha técnica, desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado; caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;
- Imagem de site (print de tela) de mídia especializada ou sites eletrônicos especializados, desde que nesta, estejam contidas todas as informações para a análise do produto ofertado pela equipe técnica. As informações devem estar em português e deve ser informado o link para acesso e conferência pela equipe técnica em caso de necessidade.

6.1-Critérios de Análise (quando for o caso):

Os Prospectos, Fichas Técnicas ou Imagens de site (print de tela) dos produtos cotados pelos proponentes neste instrumento, deverão conter todas as informações das características técnicas. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência deverão ser iguais, como poderão ser superadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades da solução. As exigências a serem superadas caracterizam-se como aquelas em que o descritivo solicita apresentação mínima, tais quais o tamanho, ou a possibilidade de conter determinados componentes não exigidos na composição dos itens. Para tal, a licitante deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, registrar este fato em sua proposta. A licitante deverá encaminhar toda a documentação técnica e explicações que permitam a manifestação fundada e conclusiva sobre a equivalência ou superioridade da solução divergente.

Os produtos cotados deverão preencher todas as especificações técnicas previstas no item 2 do Termo de Referência e a análise das amostras levará em consideração os seguintes critérios:

Avaliação do (s) material (s) com relação ao descritivo citado no item 2 do Termo de Referência, unidade de medida, quantidades e volumes, tipo de embalagem e demais características relacionadas ao tipo de produto.

Avaliação do (s) material (s) por profissionais específico da área de saúde, quanto a forma de apresentação, tamanho, composição do material, especificação, matéria prima, dados de fabricação, características de segurança, embalagem, tipo de processamento, prazo e condições de validade, conservação do produto, facilidade no manuseio.

Avaliação da evolução do (s) material (s) em uso prático em unidade de saúde da rede definido pela comissão interna, quanto aplicabilidade, eficácia, economicidade de modo a garantir a qualidade e segurança da assistência ao paciente e dos profissionais.

6.2-Função Técnica:

Enfermeiros da comissão de Padronização em conjunto com os enfermeiros da rede de assistência a saúde do município e da comissão de curativos do Hospital Municipal São José.

7-Gestor do contrato:

A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria Municipal de Saúde** (gestora do Fundo Municipal de Saúde) e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmo responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 -Efetuar a entrega em adequadas condições, no prazo e locais indicados no item 5, em estrita observância das especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações do produto, quantidade, lote, fabricante e número do Empenho.

8.2 - Comunicar à Administração, através de ofício, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e indicando a data em que o efetivará.

8.3 - Por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem durante a validade do presente contrato, inclusive para com e perante terceiro.

8.4 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas do termo de referência.

8.5 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à adequada realização do objeto contratado, executando-o em adequadas condições e de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis a contar da solicitação/notificação.

8.6 - Substituir no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após notificada, o(s) produto(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com este Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE.

8.7 - Não poderão ser modificadas as quantidades, unidades e especificações do objeto licitado.

8.8 - Considerar que as ações de fiscalização da Secretaria Municipal da Saúde de Joinville e do Hospital Municipal São José, não exoneram a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

8.9 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias ao fornecimento do material (objeto do presente instrumento), considerando quaisquer valores gastos ou despesas acessórias, tais como: transporte, tributos e ainda todas as despesas que diretamente ou indiretamente incidirem no processo de execução e entrega dos materiais incluindo o frete.

8.10 - A CONTRATADA deverá manter as condições necessárias à implementação da logística dos equipamentos objeto da presente licitação, e toda a despesa decorrente do transporte, entrega, descarga por conta da CONTRATADA.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1. Fiscalizar o cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Termo de Referência.

9.2. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre as possíveis irregularidades observadas no transporte, entrega e demais etapas do fornecimento para a imediata adoção das providências para sanar os problemas eventualmente ocorridos.

9.3. Permitir a entrada dos funcionários da CONTRATADA e/ou transportadora por esta contratada para realizar a entrega desde que devidamente identificados.

9.4. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.

9.5. Dirimir, por intermédio do fiscal do Contrato, as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento dos materiais.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 - Documentação - proposta referente ao produto:

10.1.2 - Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGÍVEL e dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto), quando exigido pela legislação vigente;

10.1.3 -Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado;

10.1.4 -Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente;

10.2 - Documentação - referente à empresa:

10.2.1 - Alvará Sanitário;

10.2.2 - - AFE - Autorização de Funcionamento da Empresa - expedido pela Anvisa (através do comunicado pela DOU), inclusive para distribuidora (não será aceito protocolo de encaminhamento).

ANEXO VIII MODELO DE ENTREGA DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 424/2022

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

Razão Social/Nome:

Endereço:

CNPJ/CPF/MF:

À

Secretaria Municipal da Saúde

Área de Coordenação de Administração de Materiais e Equipamentos - CAME

Local e data

Item(ns)	Especificação (Nome do item)	Und	Quantidade*	Marca

*Quantidade entregue (amostras)

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Assinatura/Carimbo

Justificativa para exigência de índices financeiros

A Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de **Pregão Eletrônico nº 424/2022**.

Item 10 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 10.6 alínea “i” - Demonstrativos dos Índices, serão habilitadas apenas as proponentes que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez Geral > 1,00

Solvência Geral > 1,00

Liquidez Corrente > 1,00

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no subitem 10.6 “i” do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O **índice de Liquidez Geral** indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O **índice de Solvência Geral** indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O **índice de Liquidez Corrente** identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, SG e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente. Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 31, da Lei 8.666/93 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 20/05/2022, às 17:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 20/05/2022, às 17:51, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0012971908** e o código CRC **12031B43**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

22.0.152236-1

0012971908v3